

Meio século de migrações forçadas em África

A visibilidade mediática dos refugiados africanos que tentam entrar na Europa, bem como as imagens televisivas das populações que fogem de guerras e conflitos, escondem uma realidade histórica e actual muito mais abrangente. As migrações forçadas são a expressão das turbulências mais profundas das sociedades africanas. Séculos de tráfico de escravos incentivaram guerras internas que resultaram não somente em migrações forçadas intercontinentais, mas também em genocídios, deportações, deslocamentos e migrações internas.

Na sequência da ocupação efectiva, na viragem do século XIX, os poderes coloniais assumiram o controlo dos movimentos das populações, resultando em migrações forçadas mais ordenadas e subjugadas aos interesses económicos (apropriação de terrenos férteis pelos colonos, fornecimento de mão-de-obra para as indústrias extractivas, etc.).

Nestas sociedades agrárias, de fracos recursos, com reduzida densidade populacional, onde a terra não constitui propriedade privada, a migração constitui um meio para lidar com crises de produção provocadas por fenómenos naturais ou humanos (clima, perda de colheitas, guerras, insegurança). Estas sociedades oferecem soluções para os migrantes, sejam elas de deslocamentos forçados ou não, em estadias curtas ou prolongadas, concedendo-lhes um estatuto de hóspede que lhes confere direitos de subsistência e de acesso, mas não direitos de controlo sobre os recursos naturais (Temudo & Schiefer, 2004).

Migrantes forçados e refugiados em África

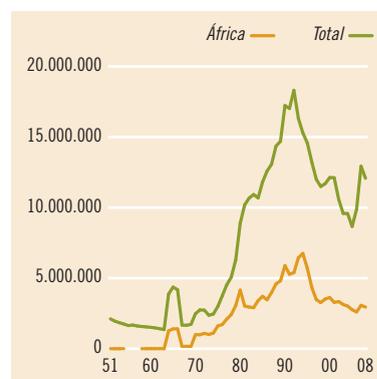
São migrantes forçados os indivíduos que se deslocam do seu local de residência actual, propulsionados por factores externos e alheios à sua vontade, sejam estes resultantes da acção humana ou de fenómenos naturais, sendo, à luz do direito internacional, refugiados os que atravessaram uma fronteira internacional e deslocados internos os que permanecem dentro do país.

Os migrantes forçados tornaram-se na categoria populacional com o crescimento mais rápido a nível mundial (Bauman, 2004). A população ao cuidado do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR/UNHCR), constituída por refugiados, deslocados internos, requerentes de asilo e pessoas sem Estado, passou de cerca de dois milhões em 1951 (UNHCR, 2000) para trinta e quatro milhões em 2008 (UNHCR, 2009).

Destes, dez milhões encontram-se em África, sendo três milhões refugiados e sete milhões deslocados internos, não contando os milhões de refugiados clandestinos e os deslocados por projectos de desenvolvimento, pela degradação ambiental e catástrofes naturais, pela insegurança alimentar e as vítimas de tráfico humano (Castles, 2003). Em África, encontram-se dos países que mais migrantes produzem e que mais migrantes acolhem.

Na região dos Grandes Lagos, as tensões étnicas e políticas do Ruanda, do Burundi e da República Democrática do Congo (RDC), traduzidas em guerras civis e genocídios, geraram, ao longo das últimas quatro décadas, milhões de refugiados e deslocados. Estas populações em fuga procuram abrigo nos países vizinhos, aglomerando-se em campos ao longo das zonas fronteiriças. Assim, a Tanzânia, o Uganda e a RDC abrigam historicamente um grande número de refugiados. Em 2008, estes países acolheram mais de um terço dos refugiados e deslocados do continente, num total de 3,5 milhões. A guerra civil em curso na RDC provoca o maior número de deslocados internos

NÚMERO ESTIMADO DE REFUGIADOS, 1951-2008



Fonte: UNHER. Disponível em: <http://unher.org>

na África Subsariana, com 1,6 milhões de indivíduos oficialmente registados (ACNUR, 2009).

A região do corno de África alberga cerca de 2,5 milhões de migrantes forçados, distribuídos entre a Somália e o Quênia.

A guerra do Sudão deslocou cerca de dois milhões de pessoas, distribuídos entre o Sudão e o Chade.

Os conflitos na origem das migrações forçadas

Desde a década de 1960, conflitos e guerras de independência produziram movimentos migratórios por toda a África.

Os movimentos independentistas do Ruanda, do Burundi, da RDC deram origem a grandes movimentos de refugiados e deslocados;

O conflito do Biafra provocou 600.000 mortes e dois milhões de deslocados;

As guerras de Angola e Moçambique, além dos deslocados e refugiados africanos,

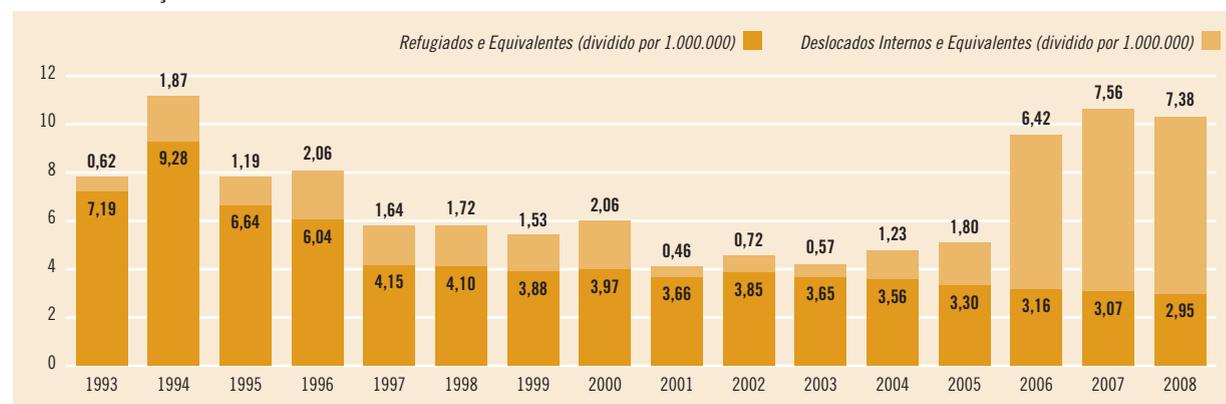
expulsaram mais de um milhão de colonos portugueses;

Os movimentos dissidentes da Rodésia, da África do Sul e da Namíbia provocaram inúmeros refugiados.

A convenção da OUA de 1969 espelha a especificidade da questão dos refugiados em África e a política de acolhimento dos governos africanos, bem como o sentimento de solidariedade das populações para com os deslocados das guerras independentistas. Estende o estatuto de refugiado, definido na Convenção de 1951, a todos os que pedem asilo "devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem" (Convenção OUA, 1969). Define ainda regimes mais benéficos de reconhecimento do estatuto de refugiado, protecção, proibição de retorno contra a vontade, de não discriminação e de construção de soluções duradouras por parte dos países de acolhimento.

Durante a Guerra Fria, na África Subsariana, destacam-se os conflitos do corno de África, iniciados no final da década de 1970. Governos e facções políticas, armados por forças estrangeiras, desestabilizam a região, multiplicando-se os conflitos internos e internacionais, com os consequentes movimentos migratórios forçados, num total de cerca de 2,5 milhões. Os etíopes procuram refúgio no Sudão, na Somália, no Quênia e em Djibuti. Verificam-se, também, movimentos da Somália para a Etiópia e para o Quênia, da Eritreia para o Sudão e para Djibuti, numa sucessão de migrações

MIGRANTES FORÇADOS EM ÁFRICA 1993-2008 (milhões)



Fonte: UNHER. Disponível em: <http://unher.org>

forçadas cruzadas num quadro de grande instabilidade política regional.

Em 1984, a fome da Etiópia, com cerca de um milhão de vítimas, tornou-se numa das maiores e mais mediáticas crises humanitárias da década.

Nas prolongadas guerras civis de Angola e Moçambique, cerca de 400.000 angolanos e dois milhões de moçambicanos procuraram abrigo nos países vizinhos, enquanto muitos milhões foram deslocados.

O fim da Guerra Fria trouxe um decréscimo significativo dos níveis da ajuda externa ao desenvolvimento, recurso fulcral para muitos países. Regimes totalitários, alimentados e armados por potências estrangeiras, desmoronam-se. Num contexto de falência estatal, as guerras civis proliferam. São extremamente violentas, com grande destruição de infra-estruturas e ataques deliberados a civis como tática de guerra, gerando súbitos movimentos populacionais. Sendo de longa duração, favorecem o estabelecimento de economias de guerra. Encorajam o crime mais do que a rebelião (Keen, 1998) e conjugam características das guerras civis e do crime organizado (Van Acker & Vlassenroot, 2000). A violência política, motivada por causas ideológicas, passa para a violência delinvente de sociedades anómicas, profundamente desestruturadas (Scheper-Hughes & Bourgois, 2004). Nesta época, destacam-se, igualmente, os conflitos da Serra Leoa, Libéria, Ruanda e da RDC como grandes geradores de deslocados e refugiados. O genocídio do Ruanda foi um dos maiores e mais rápidos êxodos da história. No final de 1994, cerca de dois milhões de ruandeses encontravam-se refugiados nos países vizinhos, sobretudo na RDC e na Tanzânia.

A extensão do fenómeno das migrações forçadas, o número crescente de migrantes, bem como a duração da sua estadia, ultrapassaram largamente a capacidade de absorção das sociedades receptoras. Os aparelhos administrativos dos Estados, já enfraquecidos, não conseguem lidar com o influxo massivo de migrantes. Os países de acolhimento, eles próprios empobrecidos, com governos preocupados com questões da sua segurança, têm vindo a adoptar uma

O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: O FIM DA MIRAGEM

A progressiva desconexão, nos últimos cinquenta anos, das economias da África Subsariana do mercado mundial aumentou o peso relativo das intervenções externas. Estas criaram, no seu conjunto, as condições que conduziram as dinâmicas internas das sociedades mais em direcção ao colapso do que ao desenvolvimento. Nem os biliões de influxo da ajuda ao desenvolvimento e da ajuda humanitária, nem as remessas dos emigrantes travaram este declínio relativo. A exportação de recursos naturais e os influxos externos aumentaram a extroversão das elites do poder e os desequilíbrios internos. A perda de capacidade produtiva e de capacidade de socialização e a corrosão das instituições transétnicas são processos longos e lentos, e por isso, menos visíveis que os processos mais bruscos e rápidos, como guerras, revoltas e migrações forçadas. Mas todos resultam numa separação das populações rurais dos seus meios produtivos e na sua concentração em campos de refugiados ou nas periferias urbanas. Estes constituem aglomerações de populações deslocadas e muitas vezes traumatizadas ao nível individual, da família e da comunidade. A recomposição dos equilíbrios espirituais e sociais nem sempre é bem sucedida; a reconstituição de sociedades agrárias produtivas torna-se cada vez mais difícil; a integração em novos contextos produtivos (indústria) é impossível.

Em suma, campos e bairros são incubadores do potencial flutuante da violência das sociedades. Os desequilíbrios internos são reforçados e alimentados pelas intervenções externas. Aumentam as migrações de todos os tipos, que, por sua vez, provocam mais intervenções externas (campos de refugiados, ajuda humanitária, ajuda alimentar, tráfico de armas, etc.). Directa ou indirectamente, estas contribuem para o aumento da dependência externa e da violência interna, lançando as sociedades numa espiral decrescente de colapso.

atitude crescentemente hostil para com os refugiados, (Rutinwa, 1999) encerrando-os em campos, com frequentes restrições à liberdade de movimento e negando-lhes o direito ao emprego, à propriedade e o acesso à terra. O espírito da Convenção de 1969 é subvertido. Os refugiados tornam-se um assunto do foro das grandes agências humanitárias internacionais, que intervêm através da instalação de grandes campos de refugiados. Criados como um instrumento de protecção transitório, com a finalidade de garantir segurança, abrigo, alimentação e cuidados de saúde, os campos abrigam centenas de milhares de pessoas, tornando-se uma constante da paisagem africana (Mbembe, 2001). Cerca de 70% dos refugiados africanos vivem em campos (UNHCR, 2009).

Ajuda humanitária e campos de refugiados

A internacionalização da biopolítica, entendida como um processo de responsabilização crescente dos Estados e das sociedades (civis), torna todo o (terceiro) mundo em objecto da intervenção humanitária. As agências nacionais e internacionais têm como objectivos declarados a garantia

da sobrevivência básica das populações deslocadas. Menos óbvia, mas não menos real, é a estratégia de contenção e de controlo dos fluxos de população, em estreita colaboração com as respectivas agências de segurança. O complexo humanitário, isto é, o conjunto das agências humanitárias, teve a sua fase de crescimento mais acentuada no pós-segunda guerra mundial, altura em

Referências

- BAUMAN, Z. (2002) — "In the Lowly Nowherewilles of Liquid Modernity: Comments on and Around Agier". *Ethnography*, Volume 3(3): 343-349.
- BAUMAN, Z. (2004) — *Wasted Lives: Modernity and its Outcasts*. Cambridge: Polity Press.
- CASTLES, S. (2003) — "Towards a Sociology of Forced Migration and Social Transformation". *Sociology*, Volume 37(1): 13-34.
- CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA (1969). Disponível em: http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/e-oua.html
- MBEMBE, A. (2001) — "At the Edge of the World: Boundaries, Territoriality and Sovereignty in Africa". Pp.270-271. In APPADURAI, Arjun (Ed.) — *Globalization*, Duke Univ. Pr.
- KEEN, D. (1998) — *The Economic Functions of Violence in Civil Wars*. New York: Oxford University Press
- RUTINWA, B. (1999) — *The End of Asylum? The Changing Nature of Refugee Policies in Africa*. Working Paper N.º 5. New Issues in Refugee Research. Disponível em: http://repository.forcedmigration.org/show_metadata.jsp?pid=fmo:3641
- SCHEPER-HUGHES, N. & BOURGOIS, P. (Eds.) (2004) — *Violence in War and Peace — An Anthology*. Oxford: Blackwell Publishing.
- TEMUDO, M. P.; SCHIEFER, U. (2004) — "Disintegration and Resilience Of Agrarian Societies in Africa — The Importance of Social and Genetic Resources. A Case Study on the Reception of Urban War Refugees in the South of Guinea-Bissau". In Ulrike Schuerkens (Ed) — *Global Forces and Local Life-Worlds: Social Transformations*. Londres: Sage, pp. 185-206.
- UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (2000) — *The State of The World's Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/44c754a9.html>
- UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (2003) *2002 UNHCR Statistical Yearbook*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/4a07e87d6.html>
- UNHCR (2004) *2003 UNHCR Statistical Yearbook*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/42aff7e84.html>
- UNHCR (2005) *2004 UNHCR Statistical Yearbook*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/44e96c842.html>
- UNHCR (2006) *2005 UNHCR Statistical Yearbook*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/464478a72.html>
- UNHCR (2007) *2006 UNHCR Statistical Yearbook*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/478cda572.html>
- UNHCR (2008) *2007 UNHCR Statistical Yearbook*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/4981b19d2.html>
- UNHCR (2009) *2008 Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/4a375c426.html>
- VAN ACKER, F. & VLASSENROOT, K., (2000) — *Youth and Conflict in Kivu: "Komona Clair"*. Disponível em: <http://www.jha.ac/greatlakes/0004.htm>

que colaborou estritamente na tentativa de restituição da ordem depois das destruições massivas decorrentes da guerra. O formato principal da intervenção, também apreendido na Europa, é o campo de refugiados. Combina a facilidade relativa de cuidar das pessoas com a capacidade de as controlar. A perpetuação das estadias nos campos perverte a sua intenção original e induz dinâmicas de colapso.

As agências humanitárias tratam os refugiados como seres indistintos. O seu passado político, económico e social é irrelevante. Esta lógica de intervenção externa corrói a estrutura social interna das populações refugiadas. Destrói a capacidade dos mais velhos de controlar o potencial de violência dos jovens, amplificado pela frustração crescente duma vida extremamente confinada e sem futuro. O campo funciona como incubador de violência, que se pode manifestar como delinquência de grupos de jovens auto-organizados ou como terreno fértil de recrutamento de organizações político-militares. Ambos aumentam o potencial destrutivo das sociedades que, deste modo, continuam no círculo vicioso de violência, desordem, destruição da ordem produtiva e crescente insegurança que, por sua vez, contribuem para o aumento das migrações forçadas. ■